

COMO A POLÍTICA FISCAL PODE AFETAR A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA?

Guilherme de Jesus Borges

Zuleide Miguel de Paula

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI

RESUMO

Este artigo irá mostrar como a política fiscal interfere na distribuição de renda de um país. Com base em pesquisas bibliográficas, mostraremos o conceito da distribuição de renda, como ela funciona no Brasil e quais fatores podem influenciá-la. Primeiramente, vamos mostrar o motivo da distribuição de renda ser feita de maneira desigual, e num segundo momento iremos analisar como a política fiscal contribui para que haja um equilíbrio na distribuição de renda. Notamos que existem duas formas de a política fiscal interferir na distribuição de renda: a primeira é através da redução nos gastos do governo, e a segunda é através da arrecadação da carga tributária. Diante da pesquisa realizada, podemos afirmar que a política fiscal brasileira não contribui para que haja equilíbrio na distribuição de renda no país, pois o dinheiro gasto pelo governo dificilmente ajuda quem realmente precisa e a carga tributária brasileira é a mais alta do mundo, penalizando tanto ricos quanto pobres, fato que contribui para que haja desigualdade na distribuição de renda.

Palavras-chave: Impostos. Distribuição. Tributos

1 INTRODUÇÃO

A distribuição de renda é a maneira pela qual a renda do país é repartida entre as pessoas que contribuíram para a sua produção. Atualmente podemos observar, em todo o mundo, a má distribuição de renda. O resultado disso é um colapso econômico, visto que a distribuição de renda é feita de maneira desigual.

No Brasil, a concentração de renda piorou nos anos de 1963 e 1967, pois, de acordo com os especialistas, o governo adotou

uma política de primeiro crescer para depois distribuir. A ideia que tinham era de que o aumento na concentração de renda seria essencial para o desenvolvimento capitalista. Não podemos negar que, após a Segunda Guerra Mundial, muitos países cresceram mais rápido, então houve necessidade de mão de obra qualificada, porém essa na época era escassa, o que resultou em ganhos extras de trabalhadores mais qualificados. Os trabalhadores menos qualificados também obtiveram ganhos, mas esses eram relativamente menores do que os que apresentavam maior aptidão

em determinadas atividades. No período de 1967 até 1973, o padrão de vida da população brasileira melhorou, isto se deu porque a renda per capita de todas as classes aumentou, então os ricos tornaram-se mais ricos do que já eram, visto que a renda de sua classe aumentou mais do que a renda da classe dos pobres.

Vários fatores podem afetar a distribuição de renda de um país. Neste paper vamos analisar especificamente como a política fiscal pode afetar a distribuição de renda no Brasil.

2 POLÍTICA FISCAL

A política fiscal é um dos instrumentos que compõem a macroeconomia. A macroeconomia, por sua vez, envolve a atuação do governo sobre a capacidade produtiva e as despesas planejadas. A política fiscal, juntamente com a política monetária, a política cambial e comercial e a política de rendas, têm como finalidade permitir que a economia atue a pleno emprego, isto é possível com baixas taxas de inflação e justa distribuição de renda.

2.1 CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA FISCAL

De acordo com o ponto de vista de Vasconcelos (2010, p. 112):

A política fiscal refere-se a todos os instrumentos de que o governo dispõe para arrecadar tributos (política tributária) e controlar suas despesas (políticas de gastos). A política tributária, além de influir sobre o nível de tributação, é utilizada, por meio de manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, para estimular ou inibir os gastos do consumo do setor privado. Sendo assim, se o objetivo da política econômica for reduzir a taxa de inflação, as medidas fiscais que normalmente são adotadas são a diminuição de gastos públicos e/ou o aumento da carga tributária, que por sua vez inibe o consumo. Logo, essas medidas visam diminuir os gastos

da coletividade. Se o objetivo for maior crescimento de emprego, os instrumentos fiscais são os mesmos, mas em sentido inverso, para que assim possam elevar a demanda agregada.

Quando a política tem o objetivo de melhorar a distribuição de renda, a diminuição dos gastos públicos e o aumento da carga tributária são instrumentos que são usados de forma seletiva, isto se dá em favor dos menos favorecidos economicamente. Quando essa distribuição é feita de forma desigual, o resultado é a desigualdade social, um problema que afeta cada vez mais a população mundial.

2.2 A POLÍTICA FISCAL E A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A política fiscal pode interferir na distribuição de renda de um país através de duas formas, a primeira delas é através dos gastos do governo, e a segunda, através da arrecadação das cargas tributárias.

Os gastos do governo estão divididos em quatro grupos. O primeiro deles é o consumo do governo, que envolve os pagamentos dos funcionários públicos e também a manutenção do aparato público. O segundo grupo é o de transferências, que se refere às despesas efetuadas pelo setor público ao setor privado, como é o caso, por exemplo, da assistência e previdência social. O terceiro grupo é o dos juros, e neste está envolvido o pagamento de juros da dívida interna e externa. O quarto e último grupo é o dos subsídios, que “correspondem aos gastos do governo com o objetivo de garantir ao consumidor preços inferiores ao custo de produção” (LANZANA, 2002).

A carga tributária é o total da arrecadação fiscal de um governo, ou seja, são os impostos, taxas, multas e aluguéis.

A carga tributária do Brasil é extremamente alta. Podemos afirmar que os tributos brasileiros são mais altos que os tributos do

REFERÊNCIAS

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

VASCONCELOS, Marco Antonio S; GARCIA, Manuel Enriquez Garcia. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 2010.

Japão e dos Estados Unidos. Atualmente a carga tributária consome cerca de 40% da renda do brasileiro. Em outras palavras, podemos afirmar que é como se o contribuinte trabalhasse cinco meses por ano apenas para pagar os impostos. Estes, por sua vez, são divididos em 63 tributos, entre eles os impostos federais, municipais e estaduais. Estudos recentes mostram que a carga tributária consome cerca de 35% do Produto Interno Bruto (PIB). A maior carga está no consumo, porém, nem toda pessoa tem ciência do quanto se paga de impostos ao consumir. Por exemplo: um carro que custa R\$ 75 mil, se tivesse seus impostos retirados, teria seu valor reduzido para R\$ 43,5 mil.

Atualmente o Brasil ocupa o 4º lugar em desigualdade na distribuição de renda.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da elaboração deste artigo podemos perceber que a política fiscal brasileira não contribui para que o país tenha uma justa distribuição de renda.

Como vimos, esta política interfere de duas formas. No caso dos gastos dos governos, nós chegamos à conclusão de que estes gastos não beneficiam as pessoas que mais precisam, visto que o Brasil ainda é um país muito precário no que diz respeito à saúde, moradia, educação e emprego. No caso da ineficiência tributária, podemos observar que ela é transferida ao consumidor sob a forma do aumento dos preços, e este não se dá apenas em relação ao consumo de bens supérfluos, os bens essenciais também apresentam uma alta significativa. Para contribuir para a o equilíbrio na distribuição de renda, a carga tributária teria de ser menor.

Portanto, podemos concluir que a carga tributária brasileira penaliza todos, sobretudo os mais pobres, e isto interfere ainda mais para que haja desigualdade na distribuição de renda.